



## XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

### A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

## GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO EDUCACIONAL: CONTRIBUIÇÕES DO INEP PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**Alessandro Borges Tatagiba**  
INEP

[alessandro.borges.tatagiba@gmail.com](mailto:alessandro.borges.tatagiba@gmail.com)

**Eliane Medeiros Borges**  
UFJF

[mborges.eliane@gmail.com](mailto:mborges.eliane@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo busca dialogar e refletir sobre a gestão da informação e a gestão do conhecimento com vistas a oferecer contribuições para os trabalhos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nos últimos anos, as sociedades convivem com transformações cada vez mais rápidas nas suas formas de interagir e de trocar informações e conhecimentos. Nesse sentido, a questão aqui discutida se refere a como promover a gestão sistemática e permanente das informações e dos conhecimentos educacionais no Inep, órgão com mais de 75 anos dedicados à pesquisa, organização, catalogação, preservação e gestão de informações e conhecimentos educacionais. Com a finalidade de desencadear reflexões que possam convergir em perspectivas de ações, o recorte da pesquisa considera o Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), desde seus fundamentos de constituição histórica, lançados na década de trinta, até a época atual, como unidade orgânica em relação às outras do Inep. O trabalho evidencia que, apesar das contingências sofridas pela instituição, a história do Inep se configura, sobretudo, como uma história construída com o compromisso de pessoas que deram respostas aos desafios de cada época ao dialogar com a sociedade por meio de informações e conhecimentos educacionais confiáveis, válidos e relevantes para a melhoria da educação brasileira.

**Palavras-chave:** Gestão da Informação e do Conhecimento; Inep; Educação Brasileira.

### Introdução

O cenário educacional contemporâneo da educação remete gestores e servidores do Inep ao desafio de compreender as dimensões histórico-sociais do instituto e, ao mesmo tempo, os novos contextos de organização social que, na perspectiva da sociedade da obsolescência de Bauman (1998) implicam mudanças não só de ordem política, mas também educacional, econômica, artística, ética. As sociedades experimentam mudanças tecnológicas em intervalos de tempo cada vez mais curtos, e, por conseguinte, transformações nas relações do ser humano com as informações e com os conhecimentos. Uma evidência empírica dessa afirmação se apresenta na atual simbiose e na naturalização da relação “ser humano-máquina-mundo” –

proporcionada recentemente pela computação ubíqua (*ubiquitous computing*) e vislumbrada por Weiser em 1988 – que, em síntese, alterou o paradigma do processo para o usuário final (ARAUJO, 2009).

A escola brasileira não pode se isentar de refletir sobre o seu lugar nesse novo cenário e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ao longo de sua história se mostrou sempre um importante aliado da educação. Considerando esse contexto, o presente trabalho é resultado de dissertação de mestrado<sup>1</sup> que teve por objetivo refletir sobre a gestão da informação e a gestão do conhecimento no com vistas a oferecer contribuições para os trabalhos do instituto.

Ao encontro do objetivo proposto, a proposição a seguir emerge em uma perspectiva dialógica para focalizar a importância do Inep para educação brasileira. Nesse sentido, partimos da seguinte questão: como promover a gestão sistemática e permanente das informações e dos conhecimentos educacionais no Inep, órgão com mais de 75 anos dedicados à pesquisa, organização, catalogação, preservação e gestão de informações e conhecimentos educacionais?

Trata-se de uma indagação contemporânea, sobretudo pelo papel que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) representam hoje nas instituições. A questão levantada, todavia, sempre possuiu importância estratégica para o Inep e para a educação nacional. Com base na pesquisa bibliográfica e nos documentos legais sobre o instituto, verifica-se que, ainda que por diferentes definições terminológicas, a gestão das informações e dos conhecimentos educacionais se fizeram presentes em todos os momentos da história do Inep, desde sua constituição oficial em 1937.

Com a finalidade de desencadear reflexões que possam convergir em perspectivas, o recorte da pesquisa considera o Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), desde seus fundamentos de constituição histórica, lançados na década de trinta, até a época atual, como unidade orgânica em relação às outras do Inep. Isso, evidentemente, sem a pretensão de realizar uma investigação exaustiva acerca de toda a abrangência, particularidades e relevância dos trabalhos de gestão da informação e gestão do conhecimento do instituto.

## **1 O legado de Lourenço Filho e de Anísio Teixeira para a gestão da informação e do conhecimento educacional**

Refletir sobre informações e conhecimentos educacionais no Brasil significa reconstituir o papel histórico e contemporâneo do Inep (Tatagiba, 2013). Os antecedentes históricos do Inep remontam à assembleia constituinte de 1823, na qual chegou a se propor a criação de um instituto encarregado da verificação dos resultados do ensino em todo o país (INEP, 1956). Posteriormente, a iniciativa de Benjamim Constant e o parecer de autoria do então Deputado Rui Barbosa, em 1882, para a criação do “Pedagogium”, em 1890, já continha

---

<sup>1</sup> TATAGIBA, Alessandro Borges. *A gestão da informação e do conhecimento: desafios, abordagens e perspectivas do Inep*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerias.

algumas das diretrizes que – sob o contexto de influência dos pioneiros da educação – constituiriam alguns dos pilares de criação do Inep, em 1937.

Lourenço Filho, primeiro presidente do Inep, de 1938 a 1946, enfatizou a organização do sistema de documentação para a realização e disseminação de estudos e pesquisas. Em 1938, no campo da nascente Ciência da Documentação, o Inep iniciou um levantamento da bibliografia educacional brasileira e, conforme Saavedra (1988, p. 35), “constitui-se a biblioteca pedagógica com um acervo inicial de 440 volumes”. Devido às contribuições dos grandes educadores à frente da gestão e ao compromisso profissional dos servidores do Inep, o acervo educacional cresceu em qualidade e quantidade. Na visão de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, ex-presidentes do Inep, as pesquisas institucionais do Inep também seriam as ferramentas para proporcionar a qualidade, confiabilidade e validade das informações e conhecimentos educacionais vinculados aos trabalhos do instituto (Tatagiba, 2013).

Da análise sobre os documentos legais de criação e constituição do Inep, sobressai o entendimento de que, desde a inauguração do Inep, grande parte da missão institucional do instituto permanece até os dias de hoje. Por exemplo, a proposta de reunir e difundir a documentação relativa à educação brasileira já constava, em 1938, do decreto de criação do Inep, conforme se observa na alínea “a” do artigo 2º do Decreto-Lei nº 580 de 1938. Com base nesse decreto e nas origens da gestão da informação – abordadas nos estudos de Paul Otlet em *Traité de documentation* publicados em 1934 (LOUSADA *et al.*, 2012) –, podemos entender, ainda que sob nomenclaturas equivalentes, que a constituição oficial das bases de um Centro de Informação e da respectiva Biblioteca em Educação do Inep (Cibec) se deu, no Inep, em 1938. Posteriormente, os trabalhos em prol da pesquisa e difusão dos conhecimentos educacionais, sobretudo na gestão Anísio Teixeira, só vieram a confirmar a vocação do Inep em atuar como gestor de informações e de conhecimentos educacionais (Tatagiba, 2013). Essa reflexão serve igualmente para destacar que as mudanças na educação brasileira atravessaram avanços que vão da gestão documental para a gestão da informação e, atualmente, para a gestão do conhecimento. Embora distinguíveis do ponto de vista analítico, todas essas formas de gestão são indissociáveis.

Para a consecução da gestão da informação e do conhecimento junto à sociedade, os fundamentos da constituição histórica do Cibec foram lançados em 1938 e ganharam estatura definitiva em 1953, com a expansão dos acervos e com o “Centro de Documentação Pedagógica”, criado na gestão Anísio Teixeira (SAAVEDRA, 1988, p. 51). O Cibec, portanto, conforme observa Tatagiba (2013), nasce em 1938 como precursor de toda uma tradição do Inep na área da Ciência da Documentação para, na gestão Anísio Teixeira, crescer em qualidade e quantidade com a criação da Biblioteca Murilo Braga, do Setor de Documentação e Intercâmbio e da Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (Cileme). Nesse sentido, a biblioteca do Inep, presente desde o início da fundação do Instituto, teve seu momento mais expressivo sob a administração de Anísio Teixeira (1952-1964), lembra Jardim (2008). A autora ainda destaca que, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, a biblioteca, naquele período, modernizou suas atividades e ampliou seu acervo.

A Ciência da Informação, como campo científico, surge por volta da década de 1960. Por influência das Ciências da Administração, a gestão do conhecimento e a gestão da informação passam às preocupações teóricas dessa nova ciência já na década de 1980 (Lousada *et al.*, 2012). Atualmente, vista como uma área interdisciplinar, a Ciência da Informação, em interação com outras áreas do saber, forma um amplo escopo de investigação e

atuação. A educação brasileira, sobretudo hoje por influência das novas TIC, deve se apoiar em concepções e formas eficazes de gestão da informação e do conhecimento.

Por sua vez, a respeito da gestão documental, no seminário de celebração do primeiro ano de vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 16 de maio de 2013, ressaltou-se que o Brasil, por exemplo, não possui tanta tradição em gestão documental (CGU, 2013a). Neste artigo, essa observação é relevante porque sem uma gestão documental adequada torna-se difícil recuperar informações e desenvolver ações voltadas para a construção de conhecimentos. É, portanto, oportuno observar que, no Inep, ações dos gestores e dos servidores revelam uma preocupação com a gestão documental e com a preservação da memória educacional do país.

## **2. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento no Cibec**

Quanto à origem, as informações e conhecimentos educacionais disponíveis no Cibec, podem ser de três tipos: primárias, produzidas pelo próprio Inep; secundárias, fornecidas por instituições educacionais públicas e privadas; e as terciárias, que são informações primárias e secundárias que receberam tratamento ou agregação de valor pelo Inep. Um estudo ou pesquisa realizado pelo Inep é um exemplo de informação primária, os dados informados ao Inep por instituições públicas e privadas a respeito da educação superior é exemplo de informação secundária. Por sua vez, os dados do Censo da Educação Básica e do Censo da Educação Superior são exemplos de informações terciárias.

O Cibec, responsável pela gestão de relevante e de singular acervo do conhecimento e da memória educacional, possui mais de um milhão de documentos. Do acervo especializado em educação, além de todos os números publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (desde 1944) e na Em Aberto (desde 1981), constam mais de 65.771 títulos, entre os quais 1618 obras raras da educação e 13.807 periódicos (Tatagiba, 2013). Devido a esse vasto e rico acervo, pesquisadores, professores e gestores de todo Brasil recorrem ao Cibec para aprofundarem seus conhecimentos.

Para manter, preservar, atualizar e gerir informações e conhecimentos educacionais, uma rede interligada de trabalho constitui a equipe de trabalho do Cibec. Essa rede de trabalho compreende: o arquivo do Inep; a catalogação, a indexação e a preservação do acervo de referências bibliográficas; a manutenção do acervo audiovisual relacionado à educação brasileira; a indexação de publicações acadêmicas voltadas à educação; a preservação e guarda do acervo de obras raras da educação; a gestão do SIC, a organização e manutenção das informações relativas às avaliações e exames em larga escala do Inep; do serviço de referência com o atendimento aos usuários na modalidade presencial e remota.

O Cibec atualmente realiza a organização, a preservação, a divulgação e a disseminação dos materiais produzidos pelo Inep, tais como séries documentais sobre temas da educação e relatórios pedagógicos de exames e avaliações em larga escala do Inep. O Cibec atualmente também preserva e promove a gestão do conhecimento educacional por meio de obras dedicadas à educação básica e superior como, por exemplo, sobre o censo escolar; estatísticas educacionais; currículo; educação ambiental; educação especial; educação indígena; educação infantil; profissional; rural; filosofia da educação; financiamento da educação; formação e capacitação de professores; gestão da escola; políticas públicas em educação; psicologia da educação; tecnologia e educação, etc. (INEP, 2013). Desta forma, apesar das várias mudanças sociais e políticas pelas quais o Brasil já passou ao longo de toda

a existência do Inep, hoje, o Cibec representa uma fonte perene de memória, consulta, pesquisa sobre a educação brasileira.

Até 2013, com apenas quatro servidores responsáveis pela indexação e catalogação de novos volumes e nenhum recurso financeiro para novas aquisições de obras, a equipe do Cibec responsável por esse trabalho, em um período de um ano, chegou a realizar a indexação e a catalogação de mais de 1100 itens novos para o acervo educacional. Além desse quantitativo registrado no sistema interno de administração do acervo, estes servidores também realizaram outras catalogações, como a de obras novas produzidas pelo MEC e pelo Inep. Esse trabalho, o de catalogação na fonte, exige conhecimentos especializados em biblioteconomia. A inclusão de obras no acervo do Cibec, mesmo sem recursos financeiros para novas aquisições, deve-se às doações voluntárias de obras educacionais ao Cibec.

Atualmente, essas doações chegam de universidades, institutos de pesquisa, particulares e, com certa frequência, de algumas secretarias do MEC. As secretarias do MEC, quando enviam materiais ao Cibec, têm por preocupação resguardar a memória da educação brasileira. Por exemplo, após a participação em eventos internacionais, como a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinte VI), em Belém, ocorreu o envio ao Cibec de alguns dos materiais dessa conferência, a primeira do gênero, aliás, sediada em um país do hemisfério sul. Além deste exemplo, há uma grande diversidade de materiais no Cibec que servem a muitos pesquisadores em educação.

Conforme mostram as evidências documentais, o Cibec passou a organizar e centralizar as informações educacionais acumuladas no Brasil até então e aquelas que o próprio Inep e o MEC produziam, como uma forma de recuperar a qualquer tempo as informações que estavam sendo produzidas. Em 1981 houve a tentativa de modernizar e informatizar a Biblioteca do Inep com a criação do Sistema de Informações Bibliográficas em Educação Sibe/Cibec. Contudo, conforme observa Saavedra (1988, p. 135), “O orçamento do Inep continuava pequeno demais para seu encargo e a sustentação de um programa até certo ponto ambicioso como era o Sistema Integrado de Informações Bibliográficas (Sibe) e a manutenção dos programas de fomento à pesquisa”.

Historicamente, o Sibe se constituía de uma rede nacional de bibliotecas, tendo como unidade central a biblioteca do Mec/Inep, que tinha como base as referências bibliográficas da Bibliografia Brasileira de Educação (BBE). Por sua vez, a BBE, inicialmente uma publicação editada pelo Inep, originou-se em 1935 com base no levantamento da “Bibliografia Pedagógica Nacional”. Solicitado pelo Ministro Gustavo Capanema, ao Departamento Nacional de Educação (DNE), esse levantamento foi interrompido por ocasião da reforma do DNE. O Inep retomou esse trabalho em 1941 e a publicação do primeiro número da Rbep trouxe referências do período de 1812 a 1900, sob o título “Bibliografia Pedagógica Brasileira”. Posteriormente, em 1954, foi publicado o primeiro número da BBE.

Com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e dos respectivos centros regionais, a BBE, em 1955, passou a integrar a Divisão de Documentação e Informação Pedagógica. Após a extinção desses centros de pesquisa em 1978, a BBE constituiu-se numa das atividades técnicas da biblioteca do Inep. Em 1981, com a efetiva transferência de parte da biblioteca do Inep para Brasília, criou-se o Cibec e o Sibe, rede integrada por seis bibliotecas e centros de documentação especializados em educação. As unidades desenvolviam atividades descentralizadas de coleta e catalogação cooperativa por meio do “Sistema Bibliodata Calco”, da Fundação Getúlio Vargas. O Sibe alimentava ainda o “Boletim Internacional de Bibliografia em Educação”, com sede na Espanha, e também

integrava a Rede Latino-Americana de Documentação e Informação (Reduc), com sede no Chile.

Em 1988, a BBE foi processada pelo Sistema de Automação de Bibliotecas (Sabi), *software* implantado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conforme registros de arquivo do Inep, devido à manutenção e a atualizações não disponíveis em Brasília, adotou-se em seguida o Sistema Thesaurus de Automação de Biblioteca, fornecido pela empresa Via Ápia Informática, que hoje também não presta mais serviços para o Inep. No período de 1992 a 1995 seu funcionamento foi inviabilizado, fator que dificultou a implantação completa do Sabi, conforme aponta o Relatório de Gestão 2011.

Em 1996, em decorrência das novas tendências da política educacional, o MEC redefiniu a missão do Inep e lhe conferiu, como uma das principais funções, as atividades de produção e disseminação de informações referentes à Educação Básica e à Educação Superior. Em decorrência disso, o Cibec foi modernizado com a informatização dos processos e implementação de outros projetos que, segundo o Relatório de Gestão 2011, dinamizaram os trabalhos do Cibec à época.

Em 2006, a equipe de gestão do Cibec e servidores propuseram a retomada da BBE. A equipe do Cibec propôs um repositório digital e se originou o “Projeto BBE@”. Por meio do BBE@ seria possível dinamizar a gestão das informações e conhecimentos educacionais produzidos pelo Inep como um todo e pela sociedade. Contudo, a BBE e a BBE@ não se efetivaram ainda. A retomada efetiva desses projetos, contudo, seriam importantes para a gestão da informação e do conhecimento no Inep.

Da mesma época em que se pensou na BBE@, resgato do Manual do Cibec de 2006 a sua matriz conceitual, conforme a Figura 1, a seguir. Essa matriz destaca a dinâmica do Cibec cujo referente das informações e dos conhecimentos educacionais é a realidade educacional contextualizada. Portanto, a Educação, pela sua natureza, interage com todos os aspectos da vida humana individual e social e, por essa razão, influencia e é influenciada pelo contexto global da realidade (CIBEC/INEP, 2006). Conforme explicitado nessa matriz, para compreender a realidade educacional e interagir eficazmente com ela, é necessário abordá-la dentro do que o manual chama de “contexto global”. Da interação com a realidade educacional contextualizada surgem as informações e os conhecimentos educacionais. A partir do conhecimento de como é essa realidade e de como deveria ser é que deveriam ser planejadas as ações necessárias para transformá-la (MANUAL DO CIBEC, 2006).



**Figura 1** – Matriz conceitual do Cibec  
**Fonte:** Manual do Cibec (2006).

Do ponto de vista conceitual e prático, uma matriz de referência assume grande relevância dada a complexidade e a abrangência das ações do Cibec. Em 2006, nessa matriz, já se observava a necessidade de constituir uma política da informação e do conhecimento do Inep alinhada às políticas educacionais do MEC. Para ser significativa, a ênfase à realidade global e à educacional devem acompanhar uma caracterização dos “Agentes da Educação” e das outras unidades com as quais o Cibec interage organicamente dentro do Inep. Na prática, um trabalho constante de interlocução com os agentes da educação se torna o motor fundamental da gestão da informação e do conhecimento educacional. Essa observação é relevante uma vez que a gestão das informações e dos conhecimentos educacionais deve sempre ter em conta seus interlocutores, ou seja, todos que participam da construção desse processo.

Para elaborar o estudo que originou essa matriz, o Cibec contratou, à época, pesquisadores externos com o objetivo de reunir subsídios técnicos e teóricos para a transformação do Cibec em um Centro de Gestão do Conhecimento. Essa proposta, bastante

inovadora e ainda atual para as discussões a respeito da gestão da informação, surgiu a partir de trabalhos de consultoria externos, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A matriz conceitual do Cibec sintetiza teoricamente as principais concepções relacionadas aos trabalhos do Cibec e poderia servir inclusive como ponto de partida para futuros diálogos e reflexões. O cotidiano do Cibec, contudo, envolve ações não representadas diretamente nessa matriz.

Além dessas ações cotidianas, há outras que demandam esforços contínuos e periódicos, sobretudo, em relação à conservação do acervo. Por exemplo, as obras raras e muitos materiais da coleção de periódicos, desde o início de 2013, estão sendo higienizadas e recuperadas por especialistas da área. Esses especialistas são funcionários de um setor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (APAE/DF) que já desenvolvem trabalhos de higienização de acervos bibliográficos e documentais. Coordenadas por uma especialista em recuperação e conservação de acervos, as equipes de especialistas trabalham com precisão cirúrgica em cada exemplar. Trata-se, conforme destaca a coordenadora, “de um trabalho que envolve muitos procedimentos delicados, dado o nível de presença de fungos e de ‘piolho de livro’ em muitos exemplares das obras raras”. Daí a relevância de manter a sala de obras raras com aparelhos de controle de temperatura e umidade sempre funcionando.

Após a higienização e recuperação desse acervo, existe a necessidade de digitalizar essas obras e de torná-las disponíveis para os usuários acessarem livremente. A concretização dessa ação, além de eliminar e encurtar barreiras físicas, configura-se como essencial para promover e ampliar ações de gestão das informações e dos conhecimentos educacionais.

Ao apresentar alguns resultados desta pesquisa aos colegas do Cibec, numa reunião previamente marcada para 17 de maio de 2013, refletimos sobre gestão da informação e gestão do conhecimento em termos conceituais e, igualmente, de forma contextualizada em relação aos trabalhos do Cibec principalmente. Desse encontro, surgiram várias questões e todas foram muito proveitosas para o aprofundamento das reflexões durante a pesquisa de mestrado.

As reflexões ao longo do desenvolvimento da pesquisa abrangeram a competência dos servidores para realizar a gestão do acervo, as ações da gestão do Cibec e do Inep no sentido de promover a restauração das obras raras e especiais bem como buscar soluções tecnológicas para a criação de um acervo digital. Essas são ações imprescindíveis para os trabalhos do Cibec que, todavia, não podem se prender aos processos em detrimento da interlocução com os potenciais beneficiários das ações de gestão das informações e dos conhecimentos educacionais sob a responsabilidade do Cibec.

## **Considerações finais**

No cenário atual, constata-se a crescente legitimação da oferta e do consumo de informações associadas às novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Na década passada, o Brasil participou das duas Cúpulas Mundiais sobre Sociedade da Informação, em 2003 e 2006, na Genebra e na Tunísia respectivamente. Ao final das rodadas de negociações, o Compromisso da Tunísia celebra, entre outros relevantes itens, uma “Agenda Digital Solidária” mundial com plataformas interligadas e com *softwares* livres e abertos para educação, ciência e programas digitais inclusivos. A matriz conceitual do Cibec, conforme apresentado, evidenciava já a importância de interlocução da instituição com o usuário da

informação educacional e com os agentes da educação como um todo. A perspectiva já não é do produtor da informação, sim do usuário conforme já assinalava Weiser (1998).

Novos contextos de organização social não significam, todavia, que antigas demandas sociais tenham sido superadas. Mais do que antes, instituições públicas e privadas se encontram impelidas aos desafios de pensar a gestão das informações e a gestão do conhecimento. De outra forma, corre-se o risco de continuar a intervir nos desafios de forma fragmentada, contingencial e, não raro, ultrapassada e descontextualizada em relação às demandas sociais.

A sociedade espera respostas e atendimento da gestão pública. Não podemos ficar presos na discussão exclusiva a respeito dos desafios. Torna-se imprescindível pensar em instrumentos para abordá-los, compreendê-los, para então, com maior segurança, apontar perspectivas. De outra forma, alguns dos resultados da investigação não apresentariam evidências recentes a respeito de instituições brasileiras que já vêm apresentando respostas ao desafio de promover ações de gestão da informação e de gestão do conhecimento frente aos novos contextos de organização e mudança social.

O resgate e o desenho desse panorama histórico do Inep importam uma vez que no Decreto-Lei nº 580 (BRASIL, 1938) já constavam os fundamentos de um centro e biblioteca especializados em informações e conhecimentos educacionais. Nesse sentido, apesar das contingências sofridas pela instituição, a história do Inep se configura, sobretudo, como uma história construída com o compromisso de pessoas que, de acordo com as respectivas identidades profissionais (CASTELLS, 1999), deram respostas aos desafios de cada época ao dialogar com a sociedade por meio de informações e conhecimentos educacionais confiáveis, válidos e relevantes.

Esse compromisso com as políticas educacionais não nasce por decreto e, conforme Elmore (1980), Dyer (1999) e Brooke (2012), implica, sem dúvida, a participação ativa dos atores institucionais. Em primeira e última instância, portanto, deve-se sempre buscar compreender o papel dos atores que se relacionam à determinada política e que a tornam efetiva. Com a internet, cria-se uma falsa impressão de que tudo é recuperável e acessível, o que não é verdadeiro. Informações podem estar disponíveis, todavia, a busca, o acesso e o manuseio podem significar sérias dificuldades mesmo para até quem possui bom nível de letramento digital. A educação brasileira se encontra talvez diante do seu maior desafio nesse novo contexto e possui duas alternativas: tatear pela obsolescência ou encarar de vez os novos tempos, atuais e que com certeza hão de vir. Por acreditar que a educação brasileira não se agarrará à primeira alternativa, podemos concluir que a gestão da informação e a gestão do conhecimento no Inep pode ainda contribuir em muito para educação brasileira diante dos novos desafios contemporâneos.

## **Referências**

ARAÚJO, Regina Borges. Computação ubíqua, princípios, tecnologias e desafios. In: XX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE REDES DE COMPUTADORES, 17 a 20 novembro 2009, Florianópolis. **Anais do XX Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores**. Florianópolis, 2009, p. 45-114.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de janeiro de 1937. Seção 1, p. 1210.

\_\_\_\_\_. Lei nº 580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1938. Seção 1, p. 15169.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 38.460, de 28 de Dezembro de 1955. Institui o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e centros regionais. **Diário Oficial da União**, DF, 29 de dezembro de 1955. Seção 1. p. 23779.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 71.407, de 20 de novembro de 1972. Dispõe sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de novembro de 1972. Seção 1, p. 10409.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006. Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de outubro de 2006. Seção 1, p. 28.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de dezembro de 2007. Seção 1, p. 9.  
| 135 |

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e nº § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Edição Extra. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e nº § 2º do art. 216 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 de maio de 2012. Seção 1, p. 15.

CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. I.** Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1996. v. 1.

\_\_\_\_\_. **The Power of Identity, The Information Age: Economy, Society and Culture Vol. II.** Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1997. v. 2.

\_\_\_\_\_. **End of Millennium, The Information Age: Economy, Society and Culture.** Cambridge, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1998. v. 3.

\_\_\_\_\_. **A era da informação: economia, sociedade e cultura, V. 1: Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.1.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CARDOSO, Gustavo. **Os media na sociedade em rede.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Assessoria de Comunicação Social. **Hage: Lei de Acesso à Informação completa um ano com “êxito inquestionável”.** 2013a. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Imprensa/Noticias/2013/noticia05813.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Acesso à Informação no Mundo.** 2013b. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-mundo/index.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Acesso à Informação no Brasil.** 2013c. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/acesso-informacao-brasil/index.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CORREIA, Leonardo Ruas. **A importância da gestão do conhecimento sob a ótica arquivística no âmbito da administração pública federal.** Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação – Instituto Blaise Pascal, Brasília, 2009.

DYER, Caroline. Pesquisando a implementação das políticas educacionais: uma abordagem do mapeamento reverso. In: \_\_\_\_\_ BROOKE, Nigel (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, 520 p.

ELMORE, Richard. Backward mapping: implementation research and policy decisions. **Political Science Quartely**, v. 94, n. 4, 1980.

SAAVEDRA, Silvia Maria Galliac. **Passos e descompassos de uma instituição de pesquisa educacional no Brasil: a realidade do Inep.** 270 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1988.

TATAGIBA, Alessandro Borges. **A gestão da informação e do conhecimento: desafios, abordagens e perspectivas do Inep.** 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerias.